

# A política dos Estados Unidos para a América Latina na era Trump

Tullo Vigevani - Fernanda Magnotta

## 1. A perspectiva geral

Este texto tem como objetivo discutir de forma prospectiva o que se pode esperar para a América Latina nos próximos anos, considerando os novos governos na região e particularmente a mudança que significa, a partir de janeiro de 2017, a nova administração Trump. A nossa hipótese é que as indefinições deverão prevalecer. Isso por razões relativas tanto aos Estados Unidos quanto à América Latina. O relativo fracasso da VIII Cúpula das Américas de Lima, em abril de 2018, parece confirmá-la.

Fatos de grande importância estão acontecendo em diferentes áreas do mundo com potenciais impactos de longo prazo. Na Europa, o *referendum* de junho de 2016 no Reino Unido, o *Brexit*, somado ao resultado das eleições de junho de 2017, sinalizam a potencialidade de mudanças nas formas como vem se desenvolvendo as relações internacionais desde o fim do bloco liderado pela União Soviética em 1989/1990. Ao mesmo tempo, acontecem fatos contraditórios: as negociações para o Acordo de Associação Transpacífico (*Trans-Pacific Partnership* – TPP), foram concluídas em outubro de 2015, mas o presidente Donald Trump, em medida imediata após sua posse, assinou Memorandum Presidencial endereçado à USTR retirando permanentemente os Estados Unidos das negociações. O *Brexit* surge como potencialmente enfraquecedor da integração europeia, do livre comércio e da globalização; incluindo algumas interpretações que o indicam como sinal de que formas novas de nacionalismos e mesmo de protecionismo teriam espaço para ressurgir. A eleição de Trump sinalizaria novamente, com mais ênfase, possível enfraquecimento da onda liberal, que foi crescente desde 1945. Certamente os sinais não são homogêneos. A reunião de abril 2017, entre Trump e Xi Jinping, presidentes das duas principais economias contemporâneas, sugere haver disposição para a continuidade de formas cooperativas. Ao mesmo tempo, a decisão de março de 2018, aumentando significativamente as taxas de importação de aço e alumínio, busca atingir sobretudo a China, ao menos obrigar esse país e outros *partners*, inclusive os latino-americanos, a novas negociações, em que a lógica de *unfair/fair trade*, na perspectiva norte-americana,

deveria prevalecer. Os resultados, em termos de acordos comerciais e financeiros, mostram que ainda há espaço para diálogo. O mesmo nas questões de segurança, como parece exemplificar o tratamento do caso Coreia do Norte que no primeiro semestre de 2018 parece encaminhar-se, o que não é totalmente claro, para negociações.

Deste modo, a potencial “guerra comercial” empreendida pelos países em 2018, porém, dá sinal cruzado, apontando para a possibilidade de tensões e desalinhamento na relação bilateral. O presidente chinês Xi chegou a dizer, em abril de 2018, no Fórum Boao para a Ásia, a versão chinesa de Davos, que o mundo estaria “diante da abertura contra o isolamento e o progresso contra o retrocesso, a humanidade tem uma grande escolha a fazer”. Sem falar abertamente da gestão Trump, ele prometeu reduzir as tarifas e abrir os mercados da China, em clara contraposição à agenda protecionista norte-americana (Meyers, 2018).

É fácil compreender a dificuldade de indicar qual o sentido da história nesse final da segunda década do século XXI. Movimentos profundos e de longa duração devem ser vistos em perspectiva. O mesmo podemos dizer em relação à influência que as mudanças em curso na América Latina e nos Estados Unidos poderão produzir nas relações entre eles. Há alguns pontos que, pela sua evidência, são consensuais. Na América Latina: a) há uma crise profunda nos países que nos primeiros quinze anos do século se moveram no campo de políticas de centro-esquerda e distributivistas; b) a influência das propostas econômicas e políticas liberais tem crescido, sobretudo porque supunham contar com uma contra-parte simpática e sinérgica, os Estados Unidos. Nos Estados Unidos: c) mudanças aconteceram ao longo dos mandatos Obama, sobretudo em relação a Cuba, embora não seja possível dizer que as relações hemisféricas tenham se modificado profunda e estruturalmente; d) a administração Trump parece sinalizar endurecimento sobre temas como segurança e migrações e agenda protecionista para o comércio, atingindo inicialmente com mais vigor o México.

As relações entre Estados Unidos e América Latina tiveram alguma melhora substantiva nos últimos anos. Por um lado, as dificuldades havidas no primeiro mandato de Obama levaram a uma readequação da política norte-americana, visando maior reaproximação com os restantes países americanos. O sinal maior foi a retomada das relações com Cuba, objetivo que os Estados latino-americanos consideravam fundamental. Essa inflexão refletiu-se na VII Cúpula das Américas,

no Panamá, em abril de 2015, onde o clima foi de maior confiança. Como dissemos, o relativo fracasso e relativo esvaziamento da Cúpula de Lima colocam em nova perspectiva a realizada em 2015. Por outro lado, os passos políticos e simbólicos à frente não significaram ainda no período Obama, melhora das relações econômicas, particularmente no intercâmbio e nos investimentos, nem mesmo uma agenda de cooperação política forte e consolidada. Situação essa que em parte reflete a crise financeira de 2008, com repercussões na economia real, da qual o mundo em 2018 ainda não se recuperou totalmente. Não recuperação que atinge de modo particular a América Latina. Segundo o Banco Mundial (2018), as economias argentina (-2,2%) e brasileira (-3,6%) decresceram fortemente em 2016, sem maior recuperação em 2017. A mexicana cresceu 2,3%, como consequência de sua simbiose com a economia norte-americana em recuperação.

Juntamente com um quadro de economias com baixo crescimento, consideramos ponto fundamental explicativo para a falta de melhora nas relações as graves crises de governabilidade latino-americanas. Tudo isso se reflete num processo de *confidence building* de baixa intensidade, que se intensifica na primeira metade do governo Trump. Sua ausência em Lima sugere não haver maiores esforços para sua superação. Conforme Carlos Malamud (2018), mas já havia sido discutido em outros momentos, particularmente depois da VI Cúpula de Cartagena em 2012, poderão surgir mais dúvidas sobre a validade desses encontros e, mais que isso, sobre o caráter das relações. Mesmo entre os governos declaradamente pró-mercado da região, que se esforçam para adensar suas relações com os Estados Unidos. Apesar do parcial desanuviamento no período Obama, o exame detalhado das relações norte-americanas com boa parte dos governos da região, mostra dificuldades que vão além daquelas com os “bolivarianos”. Tensões e problemas se mantiveram com Argentina, Brasil, México.

## 2. Indefinições nos Estados Unidos e na América Latina

Sendo nossa hipótese, como dissemos, a de que as indefinições deverão prevalecer também nos próximos anos, indicaremos as razões. Devem-se a problemas atinentes tanto aos Estados Unidos quanto à América Latina. Em relação ao primeiro, não apenas porque a administração Trump não tem planos precisos, as propostas de maior densidade são escassas, mas sobretudo porque ao examinar os problemas internos norte-americanos vemos que na sociedade há pressões contrapostas,

particularmente de tipo protecionista, todas com notável peso (Rodrik, 2017).

As forças de tendência globalizante, particularmente as empresas tecnológicas e as fortemente vinculadas às cadeias globais de valor, pressionando pela abertura, não deixam de utilizar a visão protecionista, “*America First*” para alcançar renegociações em condições vantajosas, isso vale para a questão das patentes e *copy rights* com a China, a forte pressão pelo aumento do conteúdo nacional/regional na re-negociação do NAFTA e na relação Boeing-EMBRAER.

Isso compromete maior abertura para as exportações latino-americanas e também compromete melhores condições para alavancar comércio de maior valor agregado, portanto para a melhoria das relações econômicas, com sérios reflexos em pautas como imigração. A administração Trump, embasada num discurso protecionista, contrastando inclusive as históricas posições republicanas, sinaliza futuro difícil.

No que se refere ao papel da América Latina nessas relações, as dificuldades para o desenho de cenários são também grandes. O fim de governos de centro-esquerda e distributivistas, bem como as crises existentes, a exemplo da Venezuela, aparentemente abririam o caminho para políticas liberais no plano econômico. Essa perspectiva surgia como mais provável. Argumentaremos que a possibilidade da região beneficiar-se com esse caminho, mais particularmente de buscar maior integração com a economia norte-americana, não é certa. Há forças que se movem nesse sentido. Mas o giro conservador em países importantes, como Argentina, Brasil, Chile, também Peru e Paraguai, e de forma diferente o México, este pendente das eleições de julho de 2018, não está acompanhado da garantia de estabilidade política a longo prazo. Na Venezuela, ainda que por outras razões, a incerteza persiste.

Concluimos sugerindo como cenário provável a continuidade da instabilidade latino-americana. Isso em virtude da resistência popular aos cortes dos gastos sociais derivados das propostas de austeridade, mas sobretudo pela dificuldade da sociedade, das elites e do Estado em definir objetivos estratégicos, possíveis apenas com uma predisposição ao planejamento de longo prazo, uma *weltanschauung*, que pressupõe a ideia de nação e de região. Em alguns casos, evidentes sinais de anomia existem. Seja pela desordem no ordenamento financeiro, seja pelo não atendimento de algumas necessidades extremamente básicas, seja pela falta de presença do Estado em regiões ou bairros, e ainda pela expansão capilar das drogas. Consequentemente, a possibilidade de menor conflitualidade política e ideológica entre boa parte dos gover-

nos latino-americanos e os Estados Unidos, dificilmente se traduzirá em maior integração econômica, maior bem-estar, maior cooperação em diferentes campos. Isso seria possível apenas com Estados dirigidos por grupos com visão de futuro, com capacidade de planejar desenvolvimento, com forte sustentação e consenso na sociedade, num quadro de estabilidade política e social.

Acrescente-se o ostensivo desinteresse da Administração em Washington por uma agenda comum. A agenda da Cúpula de Lima de abril de 2018, concentrada na questão da corrupção, aprovou em seu documento final, de 57 pontos, 7 itens principais:

“1) fortalecimento da governabilidade democrática, 2) transparência, acesso à informação, proteção de denunciantes, respeito aos direitos humanos e liberdade de expressão, 3) financiamento de campanhas eleitorais, 4) prevenção da corrupção nas obras públicas, contratações e compras públicas; 5) cooperação jurídica internacional, 6) fortalecimento dos mecanismos interamericanos anticorrupção, 7) acompanhamento e informe sobre os acordos” (Nodal, 2018).

Conclusões que refletem os temas da pauta interna de inúmeros países da região, mas da qual não surgem propostas de colaboração, um horizonte de grandes e efetivas formas de cooperação para o desenvolvimento, para o progresso social e econômico. Nem mesmo de colaboração política. Concentra-se a atenção sobre agendas normativas atinentes ao sistema jurídico interno. O desinteresse da Administração deixa de existir, em alguns casos: a disposição em relação a México, Venezuela e Cuba de tencionar as relações.

Nossa linha de argumentação sugere que para o futuro, curto e médio prazo, as indefinições deverão prevalecer e que, portanto, o relacionamento não sofrerá grandes alterações. Repetindo, o cenário de incertezas tem a ver tanto com os Estados Unidos quanto com a América Latina.

### **3. Múltiplas causas da não prioridade da América Latina**

É importante entender que no caso dos Estados Unidos, as incertezas ocorrem não apenas como resultado das prioridades da Administração Trump. Mais importante, há razões estruturais para isso, existem tensões sociais que pressionam a agenda no sentido de um maior protecionismo e de um “olhar para dentro”, o que pode produzir impactos comerciais

e significativos reflexos em pautas como a da imigração, por exemplo. A efetiva realização de qualquer projeto do governo Trump implica intensa dedicação à construção de consensos internos, isso se obtém pelo comprometimento de elevado capital político. O acompanhamento dos acontecimentos em Washington, na Casa Branca, no Congresso e em outras instituições, indica, o que é lógico e natural, que os esforços maiores estão sendo dirigidos a outros campos. O investimento em política externa dirigido a outras regiões e países é crescente. Dificilmente nos próximos anos haverá condições para direcionar maior capital político na direção hemisférica, da América Latina. Não houve na campanha presidencial de 2016 qualquer sinal de priorização dos temas da região. Ao contrário, o enfraquecimento da anterior expectativa das elites e muitos dos atuais governos latino-americanos de maior convergência política, baseada nos supostos valores liberais comuns, fortalece a ideia de agenda de baixa intensidade.

Lowenthal (2016) escreveu: “a Trump Administration that has no clear vision of Western Hemisphere relations; ... the Trump Administration will probably not engage significantly in pan-American or subregional partnerships without being convinced of their advantages to the United States”. Para o governo empossado em janeiro 2017, tanto nos aspectos políticos, quanto sociais, econômicos, estratégicos não há sentido de urgência. Há outras questões internas e internacionais mais prioritárias. No que se refere à região, a exceção possível, pela premência, é o tema imigração e o conjunto das relações com o México. Neste caso, as orientações da Administração sugerem elevação das tensões, com consequências para a América Central. De todo modo, parece reforçar-se, como grande linha de continuidade entre os governos de Obama e Trump, a percepção, argumento análogo ao de Hakim (2016), de que as relações entre os Estados Unidos e a América Latina do século XXI envolvem políticas “esporádicas, sem alvo claro e geralmente ligadas a situações urgentes ou problemáticas”. Isso dialoga também com a visão de Lowenthal (2011), de que as menções à região costumam ser diretamente proporcionais à percepção de riscos de segurança que ela traz.

No caso da América Latina, o cenário de incertezas e as dificuldades para qualquer previsão têm a ver com o fato de que o fim de governos de centro-esquerda e distributivistas e o “giro liberal” em países importantes da região não oferece garantia de estabilidade. Na América Latina os problemas permanecem como sendo de grande complexidade, impossíveis de solução a curto prazo. Entre eles: a) a instabilidade na esfera política, b) superação da extrema pobreza e desigualdade, c) maior eficiência das instituições e do sistema produtivo, d) melhora

do sistema de educação, de ciência e tecnologia, de saúde, e) baixa propensão à poupança, f) maior capacidade de inovação, e outros.

A partir de 2015, atores importantes no estabelecimento da agenda regional têm sinalizado o interesse na atenuação dos compromissos comerciais e econômicos estabelecidos, especialmente nos casos de acordos intra-regionais de maior profundidade, como seria o caso do Mercosul (International Centre for Trade and Sustainable Development, 2016). Por isso, o Mercosul foi submetido a críticas fortes, o que não impede que haja movimentos de pressões e contrapressões. A consequência das fortes críticas foi um discurso favorável a maior diversificação, em particular das relações econômicas, que deveriam orientar-se com força para os países centrais. Os Estados Unidos representam o objeto prioritário desta busca. A partir de abril de 2018 a coordenação política regional que parecia em alguns temas representada pela Unasul, parece aprofundar sua crise, com a retirada temporária do grupo de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru. Comprovando as indefinições na América Latina, o governo brasileiro não deixa de manter forte interesse na relação com os BRICS, mesmo depois do impeachment de Rousseff, sinalizando que alguns aspectos de compromissos consolidados são difíceis de serem anulados. Aumentando deste modo a instabilidade e o direcionamento tortuoso.

Na busca de compreensão das perspectivas das relações, é preciso ter em conta que as sinalizações norte-americanas na Administração Trump acentuam os riscos associados a uma agenda que coloca boa parte de suas fichas nas relações com os países desenvolvidos. Mais uma vez, os riscos de não efetivação de expectativas realimentam as possibilidades de um cenário de curto, médio, talvez longo prazo de indefinições. É relevante considerar que mesmo com a forte revitalização de valores econômicos liberais, as relações com a China continuam sendo prioritárias para todos os países. Existe um vácuo deixado pela ausência relativa dos Estados Unidos na região e, de certo modo ele vem sendo preenchido há muito tempo pela China. Segundo Serrano (2018) hoje o subcontinente é o segundo maior destino do investimento chinês, apenas depois da Ásia, e as condições para obtenção de empréstimos faz parte de um “jogo estratégico” que não é baseado, segundo a visão dos chineses, em cobranças de curto prazo ou medidas de austeridade. Além disso, a China é o principal parceiro comercial de três das maiores economias da América Latina: Brasil, Chile e Peru e que a influência chinesa é evidente em toda a região, da construção de rodovias no Equador até projetos portuários no Panamá, hidrelétricas na Argentina e até mesmo um cabo de fibra ótica que deve ligar o Chile à China.

De acordo com a visão do autor, Trump “acrescentou hostilidade total à negligência” já que cinco meses depois de assumir o governo, prometeu rever o acordo feito pelo predecessor com Cuba, propôs a revisão do NAFTA, já iniciada, o corte de recursos em ajuda externa a Honduras e Colômbia e voltou a militarizar a fronteira dos Estados Unidos com o México.

A tendência isolacionista dos Estados Unidos a que fizemos referência permeou a campanha de 2016, na qual os candidatos republicano e democrata encamparam, ainda que com ênfases distintas, o discurso de defesa do trabalho, dos empregos, da necessidade de proteger centralmente os próprios cidadãos. Ainda que seja uma linguagem voltada ao público interno, nas circunstâncias do final dos anos 2010, na Administração Trump, pode traduzir-se em ações de governo com caráter protecionista crescente. Ou melhor, como tem sido a política norte-americana ao menos desde a Administração Reagan, portanto desde os anos 1980, a possibilidade de manutenção da política liberal de comércio internacional será equilibrada com um ativismo negociador, se possível de tipo bilateral, onde as pressões se farão sentir intensamente. Uma agenda deste tipo pode levar ao deterioramento nas relações com parceiros importantes na região. Impactará fortemente o futuro de projetos de cooperação e integração.

### **Conclusões: Difícil prever melhores relações**

Ao analisar as relações Estados Unidos – América Latina na Administração Trump, devemos ter em conta, no caso dos Estados Unidos, a interveniência de atores importantes que influenciam o processo decisório, além da Administração. Sempre foram significativos, mas vêm ganhando maior relevância. Não se podem estudar as relações sem considerar o papel desses outros atores, o Congresso, os tribunais, as empresas, os sindicatos, as universidades, as ONGs, a mídia, etc.. A Administração iniciou-se em janeiro de 2017 com maioria republicana nas duas Casas, o que não garante pleno apoio à agenda do Presidente. Em novembro de 2018 há a eleição de *mid term*. Temas sensíveis à Administração, como a construção do muro na fronteira com o México, não caminham, com o argumento de que impactaria o orçamento. A busca do Presidente de demonstrar a implementação de políticas prometidas na campanha eleitoral, como as ordens executivas *Border Security and Immigration Enforcement Improvements (The White House, 2017a)* e *Enhancing Public Safety in the Interior of the United*



*States (The White House, 2017b)*, não puderam efetivar-se pelos freios colocados pelo sistema judiciário.

Analisar as relações desde a perspectiva latino-americana, melhor seria desde a perspectiva de cada país da região, a curto prazo, não oferece qualquer certeza quanto à capacidade em garantir condições domésticas favoráveis para a formulação de políticas. Não há estabilidade que permita pensar projetos de longo prazo. Os projetos de integração, cooperação e coordenação regional vêm sofrendo esvaziamento, não existindo visão de conjunto. A debilidade de projetos nacionais e regionais é, do lado da América Latina, um impedimento para qualquer agenda de maior profundidade nas relações com os Estados Unidos assim como com outras regiões. Exemplo paralelo é a dificuldade para avanços maiores em direção à criação de uma área de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul, nesse caso a responsabilidade de alguns países europeus é importante. Ainda que algum acordo possa ser alcançado, sua profundidade seria pequena. Com a China, que busca uma relação política com a totalidade da região via CELAC, tampouco há capacidade de definição de uma agenda mínima.

Por outro lado, como vimos, a incerteza é o elemento chave da Administração Trump, no que diz respeito à região. A própria ausência de um plano sinaliza para uma estratégia. Um exemplo significativo foi a suspensão do trâmite de implementação do TPP já em janeiro de 2017, e os rumores que poderia ser reconsiderada a decisão mais de um ano depois. Chile, Peru, Colômbia e México têm acordos de Livre Comércio com os Estados Unidos, mas boa parte do futuro das relações destes países com o mundo, particularmente com os próprios Estados Unidos, estavam ancoradas na perspectiva do Tratado. Para Cuba, a ideia aqui discutida das incertezas tem a ver com os rumos da aproximação protagonizada pelo presidente Obama. A Administração Trump optou pela manutenção das relações diplomáticas, com forte diminuição de sua intensidade. No caso brasileiro, uma falta explícita de agenda encontra explicações mais evidentes pela situação do país. A exceção é o México. Neste caso há uma pauta explícita do governo norte-americano. Trata-se da agenda de revisão do NAFTA, com pontos bem definidos, como a alteração dos índices de conteúdo nacional e regional, o custo do trabalho. Na linguagem de Casa Branca, Departamento de Comércio e USTR, buscando “num ‘acordo justo’, reduzir seu déficit comercial e recuperar investimentos e empregos na indústria” (De la Mora, 2018). E paralelamente as questões da migração e do narcotráfico.

Repetindo, as indefinições e as incertezas deverão prevalecer nas relações dos Estados Unidos com a América Latina, em parte devido à continuidade da instabilidade latino-americana, em parte devido à falta de centralidade da região na perspectiva norte-americana. A percepção de risco é baixa. A convergência ideológica, como visto, por si só não abre caminho a ganhos. Nos aspectos comerciais, o protecionismo, como visto no caso da elevação das tarifas de aço e alumínio, serão barganhadas com novas negociações com riscos de perdas de parte dos *partners* não só da região, mas também dela.

O baixo perfil das relações inter-estatais que caracterizamos, manifestou-se na VIII Cúpula das Américas. O Presidente Trump não compareceu alegando necessidade de priorizar questões de segurança no Oriente Médio, particularmente na Síria. Em seu lugar, presidiu a delegação o vice-presidente Pence. De acordo com dados divulgados pelo Washington Post, em comparação com 2015, quando havia sido realizada a Cúpula anterior, a visão de boa parte dos países latino-americanos sobre os Estados Unidos declinou consideravelmente. Segundo essas informações, a maior parte descreve Trump como “arrogante, intolerante e perigoso” (Scott, 2018). Do lado latino-americano, por sua vez, a Cúpula também foi cercada de ausências, marcando a maior ausência de chefes de Estado desde que a primeira Cúpula, em 1994 em Miami, se realizou.

No final da década de 2010 há fortes mudanças, particularmente de caráter político, em alguns países, incluindo os Estados Unidos. As dificuldades internas, governabilidade e estabilidade, pressupostos de maior eficiência, existentes nos maiores países, inclusive México, Colômbia, Argentina e Brasil, indicam que os Estados Unidos encontrarão, ainda que em novas circunstâncias, um terreno difícil de interlocução. O mesmo vale no sentido contrário. A experiência latino-americana dos anos 2000 até hoje, 2018, mostra que convergência de ideias e algumas visões de mundo compartilhadas não são suficientes para pavimentar caminhos de cooperação, de integração, que promovam sintonia no campo internacional e ações econômicas que levem ao crescimento de longo prazo. De acordo com Cué, “las cumbres regionales son una fotografía del momento político. La de las Américas en Lima plasmó definitivamente el giro de la región hacia la ortodoxia económica, el final de la llamada era bolivariana, en la que los presidentes de izquierda muy críticos con Estados Unidos protagonizaban estas citas” (Cue, 2018). Ironia da história, exatamente este momento de maior convergência ideológica, indica declínio nas relações. Basta comparar com a VII Cúpula, de 2015 no Panamá.

A provável lógica negociadora de duro *fair trade* da Administração Trump certamente não facilita as relações com os outros países. Não se pode excluir aumento delas inclusive com os governos que chegaram ao poder recentemente, de diferentes maneiras, com base na crítica à integração regional e na perspectiva de adesão a um mundo globalizado, buscando melhores relações com os Estados Unidos. Supunham ser possível, com base em normas e regimes comuns, uma fase de cordialidade e cooperação intensa. A orientação liberal do final da década 2010 na região deveria incentivar um movimento de reaproximação com os Estados Unidos, o que paradoxalmente não é tema prioritário no governo Trump.

Relações com benefícios recíprocos dependem em alguma medida, não apenas, de economias consolidadas, mas particularmente de Estados com estabilidade institucional, alcançando consensos significativos, capazes de afirmarem interesses nacionais e regionais, portanto também capazes de serem interlocutores, mesmo duros, se necessário. Considerações essas válidas para a América Latina, visto que a posição norte-americana é estruturalmente diferente. Suas instituições, sua sociedade civil, aí incluída sua capacidade científica e tecnológica, cultural, suas empresas, seu poderio militar, lhe dão uma capacidade de contratação no plano mundial incomparável. E é isso que Trump argumenta ser necessário fortalecer ainda mais, ao menos em alguns aspectos.

Como percebemos, as dificuldades para a definição de cenários são múltiplas. Existem na vertente norte-americana, e existem na latino-americana. Se de parte dos Estados Unidos as mudanças e as fortes tensões em sua sociedade provocam conflitos radicais sobre os custos de serem o *'lender of last resort'* e o *'paymaster'* para mundo, de parte dos países latino-americanos há um notável *gap* entre a orientação liberal que prevalece atualmente e as capacidades das sociedades e das elites de produzirem projetos consistentes, de longo prazo. Por tudo isto o cenário é de incertezas e indefinições, não propriamente otimista.

## Bibliografia

“A América Latina deve se preocupar com Trump?” Hakim, Peter em *Estadão* São Paulo. 14/05/2016. Em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral/artigo-a-america-latina-deve-se-preocupar-com-trump,1868827>>. Consulta em 19/04/2018.

- “Amid Trump’s threats, Xi pledges to slash tariffs, open China’s markets”. Meyers, Jéssica em *LA Times*. 10/04/2018. Em: <<http://www.latimes.com/world/la-fg-china-xi-boao-speech-20180410-story.html>>. (Acessada em 19/04/2018).
- “China Fills Trump’s Empty Seat at Latin America Summit”. Serrano, Alfonso em *The New York Times*, 13/04/2018. em: <<https://www.nytimes.com/2018/04/13/opinion/china-trump-pence-summit-lima-latin-america.html?action=click&pgtype=Homepage&clickSource=story-heading&module=opinion-c-col-right-region&region=opinion-c-col-right-region&WT.nav=opinion-c-col-right-region>>. Acessada em 19/04/2018.
- “Cumbre de las Américas: por primera vez los jefes de Estado firman un compromiso conjunto”. NODAL. 15 de abril de 2018. Em: <https://www.nodal.am/2018/04/cumbre-de-las-americas-por-primera-vez-los-jefes-de-estado-firman-un-compromiso-conjunto>. Acessada em 22 abril 2018.
- “Executive Order: Border Security and Immigration Enforcement Improvements”. The White House. 25/01/2017a. em: <<https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/executive-order-border-security-immigration-enforcement-improvements/>>. (Consulta em 19/04/2018).
- “Executive Order: Enhancing Public Safety in the Interior of the United States”. The White House. 25/01/2017b. em: <<https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/executive-order-enhancing-public-safety-interior-united-states/>>. (Consulta em 19/04/2018).
- “GDP growth (annual %)”. Banco Mundial. 2018. Em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>. Acessada em 22 abril 2018.
- “Latin America and Donald Trump”. Lowenthal, Abraham em *The American-Interest*. 30/12/2016. em: <<https://www.the-american-interest.com/2016/12/30/latin-america-and-donald-trump/>>. Consulta em 19/04/2018.
- “La Cumbre de las Américas sentencia el final de la era bolivariana en la región” Cué, Carlos em *El País*. 15/04/2018. Em: [https://elpais.com/internacional/2018/04/14/actualidad/1523738995\\_165766.html](https://elpais.com/internacional/2018/04/14/actualidad/1523738995_165766.html). Acessada em 19/04/2018.
- Lowenthal, Abraham. “O governo Obama e as Américas: promessa, desapontamento, oportunidade” in: Lowenthal, Abraham; Whitehead, Laurence; Piccone, Theodore (orgs.), *Obama e as Américas*, Rio de Janeiro, 2011.
- “Membros do Mercosul buscam, unilateralmente, acordos com terceiros países” International Centre for Trade and Sustainable Development. Pontes.

Informações e Análises sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável, 26/10/2016. em: <<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/membros-do-mercosul-buscam-unilateralmente-acordos-com-terceiros-pa%C3%ADses>>. Consulta em 19/04/2018.

“O México na renegociação do NAFTA: implicações para sua política comercial”, De la Mora, Luz María em International Centre for Trade and Sustainable Development. Pontes. 11/04/2018. Em <<https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/o-m%C3%A9xico-na-renegocia%C3%A7%C3%A3o-do-nafta-implica%C3%A7%C3%B5es-para-sua-pol%C3%ADtica-comercial>>. Acessada em 19/04/2018.

Rodrik, Dani. *Populism and the Economics of Globalization*. Harvard University. Cambridge. 2017.

“Trump’s absence from Latin American summit could further hurt his reputation abroad”. Scott, Eugene em *The Washington Post*. 13/04/2018. em: <[https://www.washingtonpost.com/news/the-fix/wp/2018/04/13/trumps-absence-from-latin-american-summit-could-further-hurt-his-reputation-abroad/?noredirect=on&utm\\_term=.3f8c4c29315d&wpisrc=nl\\_politics-pm&wpm=1](https://www.washingtonpost.com/news/the-fix/wp/2018/04/13/trumps-absence-from-latin-american-summit-could-further-hurt-his-reputation-abroad/?noredirect=on&utm_term=.3f8c4c29315d&wpisrc=nl_politics-pm&wpm=1)>. Acessada em 19/04/2018.

“Una Cumbre en busca de las Américas”. Carlos Malamud en *El Heraldo México*. 16 de abril 2018 em: <https://heraldodemexico.com.mx/opinion/una-cumbre-en-busca-de-las-americas> (Acessada em 19/04/2018).

